

O ALVO É A PRODUÇÃO

Roberto Mangabeira Unger, ideólogo na candidatura Ciro Gomes, fala do projeto de poder, das denúncias, do futuro, e de nomes... A BOB FERNANDES

NUM DOS EXÍLIOS DE OTÁVIO MANGABEIRA NO ESTADO NOVO, SUA filha, a jornalista e poetisa Edyla, conheceu o advogado norte-americano Arthur Unger, com quem se casaria e teria dois filhos: um deles, Roberto. O avô, Otávio, líder da oposição a Getúlio Vargas, fundador da UDN e, mais tarde, governador da Bahia e senador. Otávio, irmão de João Mangabeira, fundador do Partido Socialista Brasileiro. Nancy, a única irmã de Roberto, presa política em 1970 seria trocada pelo embaixador suíço seqüestrado, Giovanni Enrico Bücher. O carioca Roberto Mangabeira Unger viveu nos Estados Unidos desde os 2 anos. Aos 12 voltou ao Rio de Janeiro e no Brasil permaneceu até se formar em Direito, aos 22 anos. Aos 24 entrava para a história como o mais jovem professor da Harvard – onde está até hoje. Membro eleito e vitalício da Academia Americana de Artes e Ciências, Mangabeira desafia sua história para os que imaginam ter ele desabado agora na cena brasileira: a convite de Ulysses Guimarães, chefiava a assessoria do velho MDB.

Estará também no PMDB, onde foi o redator do manifesto de fundação. Quando da fusão com o PP de Tancredo Neves, no início dos anos 80, insatisfeito deixou o PMDB. Tornou-se conselheiro e formulador no PDT do amigo a quem admira, Leonel Brizola.

No governo de outro amigo, Itamar Franco, se aproximou de Ciro Gomes, de quem é agora amigo e conselheiro muito próximo. Cargo oficial: coordenador do programa de governo. Presidente do Instituto de Desenvolvimento com Justiça (www.idj.org.br), Roberto Mangabeira Unger, nesta entrevista a *CartaCapital*, com a ressalva de que fala em nome próprio e não do candidato, adianta: “Vejo Tasso Jereissati como uma figura central de um eventual governo Ciro Gomes”.

Mangabeira discorre longamente sobre as propostas do seu candidato, discute os problemas e perigos do inchaço na Frente Trabalhista e diz que as denúncias contra Ciro e a Frente “servem para esconder negócios suspeitos das privatizações”, processo responsável pela atração “de bandidos”. Não se pode dizer que Mangabeira esteja de volta à política. Foi batizado num Palácio: o da Aclamação,

sede do governo da Bahia. Quando criança, de férias no Brasil, deixava o Hotel Glória, onde se hospedava com o avô, Otávio Mangabeira, e de mãos dadas com o então senador caminhava pelas ruas do Rio de Janeiro até as sessões do Senado no Palácio Monroe. No Dois de Julho – data da Independência do Brasil na Bahia – desfilava pelas ruas de Salvador com o avô, Otávio Mangabeira.

CartaCapital: O candidato Ciro Gomes subiu rapidamente. Está, informam as pesquisas, em segundo lugar. Surge uma interrogação: que interesses e agentes se aglutinam hoje em torno de Ciro Gomes?

Roberto Mangabeira Unger: A proposta da candidatura pode ser compreendida à luz de dois contrastes: no plano das elites e no plano da grande maioria da população. No plano das elites é o contraste entre os interesses produtivos e os interesses meramente financeiros. Nós não queremos destruir os bancos brasileiros, pelo contrário. Compreendemos que a consolidação de grandes bancos brasileiros é indispensável a qualquer estratégia nacional de desenvolvimento. O que temos de mudar é

uma relação doentia entre o sistema financeiro e a produção nacional.

CC: Como o senhor vê essa relação?

RMU: Uma relação em que a taxa de juros é superior ao retorno médio dos negócios no Brasil. Os bancos emprestam ao Estado em vez de emprestar ao produtor. Nós queremos construir uma situação em que o sistema financeiro esteja a serviço da produção. Botar o Brasil para trabalhar, essa é a essência do projeto. No plano da grande maioria popular, o contraste decisivo é o entre a maioria desorganizada do povo brasileiro, tanto de classe média quanto de trabalhador, e a minoria corporativista. Nós queremos construir uma trajetória que dê braços e asas a essa multidão emergente que está construindo no Brasil uma nova cultura de auto-ajuda e iniciativa. Creio que a essência de um novo projeto nacional está na tentativa de juntar os interesses produtivos com os interesses dessa maioria desorganizada e construir com isso uma nova maioria transformadora na política brasileira.

CC: Isso é um projeto, mas do ponto de vista prático, objetivo, não é o que se insinua no momento. É uma outra coisa. Algo que o senhor intuía há tempos, quando pensava na criação de um movimento civil, popular, que fizesse um contraponto à inevitável adesão conservadora. O que se tem agora é a adesão profunda de forças conservadoras. Como enfrentar o dilema?

RMU: O ideal seria consolidarmos uma corrente de opinião e um conjunto de forças, na hipótese de se chegar ao poder. Mas as coisas não acontecem assim no Brasil.

CC: Como elas acontecem?

RMU: Sempre no meio da confusão, o que na política significa em meio à

chegada ao poder, e em meio aos embates que cercam essa chegada.

CC: *O cheiro do poder rapidamente atrela ao candidato as forças acostumadas a viver em torno do poder?*

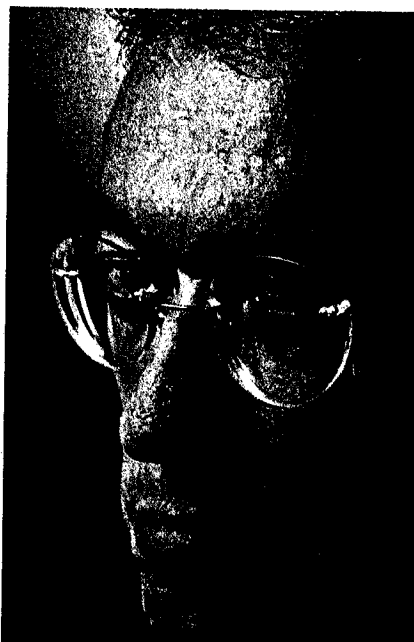
RMU: Não necessariamente. Há um processo de inchaço, de atração à fonte nascente do poder. A questão decisiva é onde está a hegemonia, onde está a direção, o caminho para organizar esse novo conjunto de forças.

CC: *Mas onde está, onde estará a hegemonia? Hoje, a hegemonia é o próprio Ciro, o senhor, que é um assessor qualificadíssimo ao lado dele. Mas onde estará daqui a pouco a hegemonia com adesões numa onda onde se incluem expoentes do conservadorismo, da direita, para usar um rótulo tradicional. Para não dizer que há gente suspeita, embora, registre-se, suspeitos frequentemente, em maior ou menor grau, todas as demais alianças, formais ou informais?*

RMU: Temos de construir a hegemonia. Não é o presidente sozinho que constrói, o presidente deve e pode ser apenas um instigador. Nós temos de construir um novo conjunto de forças em torno de um projeto produtivista, um projeto que busque construir a capacidade financeira estratégica do Estado brasileiro, para ser parceiro, não substituto da iniciativa privada, e para inserir o Brasil no mundo de uma forma ativa, isto é, fazer com que a nossa inserção no mundo se subordine a um novo projeto nacional de desenvolvimento. Não vamos nos render às regras, vamos lutar com elas e aproveitá-las, usá-las quando necessário, junto com nossos parceiros e aliados, transformá-las à luz dos nossos interesses.

CC: *Uma vez que até o momento inexistem ou parecem inexistir os agrupamentos da sociedade que o senhor imaginava como contraponto, enquanto, por outro lado, existem interesses claríssimos que, por exemplo, Antônio Carlos Magalhães representa, que o PTB representa, isso não os torna excessivamente isolados? Essa tem sido a percepção de quem acompanha mais criticamente o processo – e não falamos aqui da crítica de*

www.cartacapital.com.br



ADRIANA LORETE

**HÁ UM PROCESSO
DE INCHAÇO, DE
ATRAÇÃO À FONTE
NASCENTE DO PODER,
MAS A QUESTÃO
DECISIVA É ONDE ESTÁ
A HEGEMONIA**

ocasião, hipócrita, que apenas serve à candidatura oficial.

RMU: Não podemos construir esse novo caminho se, além de enfrentar todos os problemas graves que o Brasil tem, nos impusermos também o ônus dos preconceitos. Vejamos o caso do PFL de um lado e do PT de outro. Muitas figuras do PFL foram, sem dúvida, cúmplices de práticas políticas que nós não podemos coonestar, que temos de transformar no Brasil. Por outro lado, o PFL como um todo não tem vínculo orgânico com a política econômica atual, tem um vínculo meramente casual.

CC: *Quem, então, tem esse vínculo hoje?*

RMU: São os grupos que cercaram diretamente o presidente Fernando Henrique. O presidente conduziu um governo em que atribuiu a política econômica aos americanos, isto é, a tecnocratas que representavam o ideário e os interesses de Washington e de Wall Street, e atribuiu a política aos bandi-

dos, isto é, aos interesses fisiológicos. Renunciou a qualquer hegemonia.

CC: *Mas, quando o senhor fala de interesses, digamos, fisiológicos, o senhor está, em parte pelo menos, falando do PFL.*

RMU: Não. O que eu digo é que essas forças políticas tradicionais que se dizem conservadoras no Brasil sem dúvida querem manter os seus feudos locais, mas não têm, insisto, compromisso orgânico com o rumo maior do modelo brasileiro. Nós temos de atrair essas forças para essa reorientação produtivista do País, botar o Brasil para trabalhar, essa é a essência do projeto, e botar o Brasil para trabalhar de uma forma que amplie o acesso às oportunidades educativas e econômicas. Da mesma forma, o PT está dividido entre o vínculo com suas bases corporativas tradicionais e o aparelho dos funcionários públicos, dos segmentos mais privilegiados do operariado. Mas ao mesmo tempo o PT tem a vontade de superar esses vínculos.

CC: *O senhor percebe então no PT essa intenção?*

RMU: Há de conquistar o PT, transformar o PT num aliado. Esse é o meu ponto de vista pessoal, falo por mim, não falo pelo candidato Ciro Gomes.

CC: *Se os senhores vencerem a eleição...*

RMU: Num eventual governo Ciro Gomes. É assim que penso como militante nessa campanha. Não podemos transformar o País se nós mesmos nos cercarmos de preconceitos. Não vamos ver as pessoas por estereótipos: os brasileiros estão genuinamente perplexos em todas as vertentes da vida política e o que mais querem é construir instrumentos práticos para aquilo que é essencial no Brasil, que é a vitalidade, a capacidade criadora e construtiva.

CC: *Ainda essa questão do estereótipo, e dos fatos. Sem querer demonizar ninguém, pois isso de nada serve, Antônio Carlos Magalhães, quando ministro do governo Sarney, distribuiu emissoras de rádio e de televisão. Ele mesmo é dono de um grupo poderoso de mídia na Bahia. Como o candidato Ciro declara uma posição exatamente oposta nessa questão*

da posse e uso da mídia, em algum momento os interesses irão se chocar...

RMU: Cada um de nós, todos nós, é um pacote de contradições. Não se transforma um país por um processo de exclusão e julgamento. Dadas essas contradições, esse caráter múltiplo de todas as forças e de todas as pessoas, é preciso buscar o outro lado e reunir o outro lado em prol de um projeto. Dou um exemplo com respeito à composição de um eventual governo de *Ciro Gomes*: e eu nunca conversei com *Ciro Gomes* sobre a composição de um eventual ministério seu.

CC: Por que o senhor não conversa?

RMU: Porque julgo inapropriado. É essencial que, tanto na aparência quanto na realidade, ele exerça na plenitude as prerrogativas do presidente e que jamais as pessoas mais próximas a ele possam aproveitar dessa proximidade para exercer qualquer influência que não seja a defesa de idéias. Mas eu tenho o meu ponto de vista pessoal, não é o ponto de vista do meu candidato.

CC: Qual é o seu ponto de vista?

RMU: Se nós temos um projeto produtivo para o país, precisamos atrair para esse projeto brasileiros de todas as correntes da política brasileira, dentro e fora dos partidos, entre eles grandes empresários, empresários que demonstraram no curso de sua experiência que sabem fazer, e convencê-los a participar do governo.

CC: Quando o senhor fala em empresários que sabem fazer, vem à cabeça, por exemplo, Antônio Ermírio. É a ele a que o senhor se refere?

RMU: Todos, os homens e as mulheres que forem íntegros e que querem uma experiência de engajamento. Temos de atraí-los. O Brasil tem esse recurso valiosíssimo de criatividade: mesmo em meio à confusão, ao embuste, à dificuldade. Se desperdiçamos isso que é o nosso recurso mais importante, nos destituímos da grande arma que nós temos para transformar o País.

CC: Quem é Tasso Jereissati nesse jogo?

RMU: Eu espero que entre esses que participem de um eventual governo esteja o meu amigo de infância Tasso Jereissati.



E O FUTURO? Quem (e se) vencer vai precisar do outro na balança das alianças

CC: Mas o senhor não cria um problema para o Tasso quando diz isso?

RMU: Eu vejo Tasso Jereissati como uma figura central de um eventual governo de *Ciro Gomes*, como um homem que de um lado é confiável às elites brasileiras nacionalistas produtivas, mas que de outro lado está sinceramente comprometido com uma virada desenvolvimentista e social no Brasil.

CC: O senhor falou da sua opinião e da opinião do presidente, distinguiu bem uma coisa e outra. Como é que o senhor se vê junto a *Ciro Gomes* e como ele o vê? Qual o seu papel e que papel o senhor imagina para si hoje e depois?

RMU: Não sei como *Ciro Gomes* me vê. Eu me considero não apenas um amigo dele, mas sobretudo um aliado. O conheço bem, estive ao lado dele numa grande variedade de circunstâncias e tenho a confiança mais importante nele, que é a confiança na integridade de seus propósitos. Ele não precisa de assessores.

TENHO MEU
PONTO DE VISTA,
PESSOAL: EU VEJO
TASSO JEREISSATI
COMO UMA FIGURA
CENTRAL NUM
EVENTUAL GOVERNO
DE CIRO GOMES

CC: Ele é auto-suficiente?

RMU: Não é que seja auto-suficiente. Ele não é uma pessoa que se deixe guiar, ele tem a capacidade de se informar e de dialogar com pessoas dos tipos mais variados. É uma pessoa genuinamente livre dos preconceitos que tão frequentemente mobilizam as pessoas no Brasil.

CC: Qual foi e qual tem sido o seu papel nessa caminhada?

RMU: O papel de um aliado preocupado sempre com o rumo do projeto, que dialoga, que debate, que discorda.

CC: O senhor coordena o projeto?

RMU: É. Inventaram esse título de coordenador de programa de governo. Mas não existe isso. Temos uma equipe, somos todos iguais, eu não tenho nenhuma primazia sobre os outros membros da equipe. É uma relação muito direta, muito franca, muito livre de reservas mentais.

CC: O senhor se imagina num hipotético futuro governo? O senhor, professor em Harvard, largaria tudo?

RMU: Estou irreversivelmente comprometido com essa tentativa de transformar o País. Mas as formas específicas que isso pode assumir, dentro e fora de um eventual governo, isso é para o futuro decidir.

CC: O senhor entenderia que, em sendo o que é o Brasil, funcionando como funciona e com seus problemas, por ora inescapáveis, do sistema político partidário, é necessário uma liderança forte?

RMU: Não. Não acredito em lideranças fortes como atalhos. Eu mesmo defendo um sistema de listas fechadas em que o eleitor opta por partido em vez de optar por candidato. Novamente falo por mim, não pela Frente Trabalhista ou pelo candidato. Esse é o meu ponto de vista. Na realidade não temos partidos políticos fortes. Estávamos começando a ter até 64.

CC: O PT não é um partido político forte?

RMU: Um dos únicos e mesmo assim comprometido por esse vínculo com a sua base corporativa tradicional. Nessa situação em que temos partidos frágeis e uma imensa confusão ideológica,

todos os partidos e todas as forças se fingem de centro-esquerda.

CC: *O que, aliás, se viu no debate da TV Bandeirantes.*

RMU: A população tende, por intuição, a penetrar aquela neblina de ficção, descobrindo as intenções reais. Não é desejável isso, mas é a realidade. O que importa é o que possamos fazer em seguida... aproveitar a eventual conquista do poder para criar o regime de partidos políticos fortes que queremos.

CC: *Essa, uma medida logo no começo?*

RMU: A primeira medida saneadora da política é o financiamento público das campanhas eleitorais, para logo em seguida entrar por uma reforma que caminhe em direção a esse sistema de listas que fortalece os partidos. Mas digo também: nada disso vai acontecer, nenhuma dessas reformas políticas, se não estiver simultaneamente avançando o novo projeto de desenvolvimento brasileiro. O Brasil, nas primeiras oito décadas do século XX, era um país muito desigual que crescia. Nas últimas duas décadas, passou a ser um país muito desigual que não cresce. Essa mistura venenosa de estagnação econômica e desigualdade extrema está estrangulando o País, está suprimindo essa vitalidade subterrânea que é a nossa grande força.

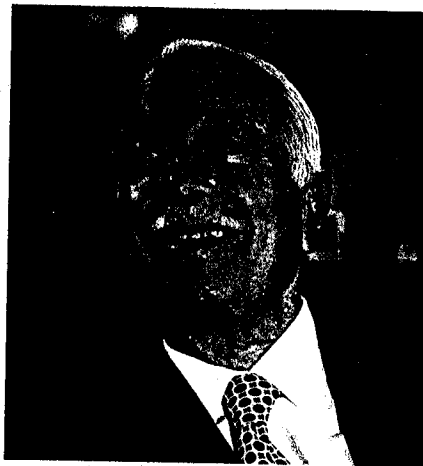
CC: *O senhor, no final de semana, dias 10 e 11, estará nos Estados Unidos para conversar a respeito da crise, do futuro?*

RMU: Vou com meu correligionário Mauro Benevides Filho para discussões com agentes do mercado financeiro nos Estados Unidos, para fazer com que eles compreendam melhor as nossas posições. Vou conversar com investidores no Brasil.

CC: *Quais são as dúvidas sobre as posições da candidatura? Compreender melhor por quê?*

RMU: Os mercados financeiros cultivam preconceitos sobre a candidatura de Ciro Gomes, por desinformação. Houve uma exploração no Brasil, insinuando que Ciro Gomes estaria a favor de um calote da dívida pública, que seria alguém disposto a embarcar em aventuras econômicas. Temos de desfa-

www.cartacapital.com.br



ARLINDO FELUZIA AGENCIA A TARDE

ACM. *O PFL quer manter seus feudos, mas na economia quem manda é o PSDB*

zer esses preconceitos sem mentir sobre o nosso projeto. Compreendemos agora que essa política ruinosa do governo de Fernando Henrique Cardoso criou uma crise para a qual não há solução instantânea ou fácil. Afirmamos a necessidade de persistir num grande sacrifício fiscal e até de aprofundar esse sacrifício. Recusamo-nos a nos comprometer com uma cifra específica de superávit fiscal primário, que seria completamente mentirosa e fantasiosa porque não sabemos em que situação econômica e política o novo governo encontrará o País.

CC: *Em resumo...*

RMU: Primeiro, reafirmar o compromisso com a necessidade de gerar um excedente fiscal e de aprofundar esse sacrifício fiscal. Segundo, reconhecer a necessidade de manter metas de inflação, mas combinadas com metas de crescimento e de emprego, assim como ocorre nos próprios Estados Unidos. Terceiro, dizer que não queremos nunca voltar ao po-

**NÓS SOMOS
SIMPÁTICOS A UMA
DISCUSSÃO SOBRE
A AUTONOMIA DO
BANCO CENTRAL,
MAS NÃO ÀS
VÉSPERAS DA
ELEIÇÃO**

pulismo econômico, a uma política inflacionária. Somos simpáticos a uma discussão sobre a autonomia operacional do Banco Central, mas isso não pode acontecer às vésperas de uma eleição como uma espécie de golpe preventivo.

CC: *Como o senhor avalia a crise, daqui ao final do processo eleitoral?*

RMU: Nesse ponto a discussão da conjuntura se confunde com o grande debate sobre a reorientação do País. A ponte entre a solução para a crise e a reorientação do País é o esforço de deslocar o eixo de financiamento do nosso desenvolvimento econômico do dinheiro de fora para os recursos de dentro.

CC: *Poupança...*

RMU: Nenhum país na história moderna ficou rico com dinheiro dos outros, o capital estrangeiro é tanto mais útil quanto menos se precisa dele. Não é um argumento contra a utilidade do capital estrangeiro, é a afirmação de que o País precisa começar a andar com as próprias pernas. Essa crise obrigará o País, ou permitirá ao País, construir os elementos essenciais para uma estratégia própria, nacional. Essa é a primeira grande vertente de qualquer projeto viável no Brasil: mobilizar os recursos nacionais, aumentando a poupança doméstica e estreitando os vínculos entre a poupança e o investimento produtivo. Esse esforço tem de ser viabilizado também por dois grandes conjuntos de reformas.

CC: *Quais reformas?*

RMU: Uma reforma tributária primeiro, que desloque a incidência maior da tributação da produção e dos salários para o consumo. A grande tendência em todo o mundo é caminhar para uma tributação chamada indireta sobre o consumo pelo IVA, o imposto sobre o valor agregado.

CC: *Quem gasta mais paga mais?*

RMU: Esse imposto não é o idealmente justo, porque atinge todas as formas de consumo, mas é o tributo que simplifica radicalmente o sistema tributário. Simplificar a tributação é uma proposta semelhante à idéia do imposto único. Qual é a solução para se fazer justiça a curto prazo? A solução é, de um lado, usar o

dinheiro que se arrecada para o investimento em geral, para o investimento social. Em segundo lugar, começar a abrir janelas de progressividade nesse sistema tributário e, uma das maneiras de fazer isso, numa segunda etapa, é começar a individualizar o imposto sobre o consumo, fazer com que o tributo incida sobre a diferença entre a renda e a poupança investida de cada contribuinte. Mas é uma medida posterior. Outra reforma essencial para viabilizar essa mudança do foco do financiamento de fora para dentro é a reforma da Previdência.

CC: *Há quem tenha dito, depois do debate, que a proposta é fantasiosa.*

RMU: É o que se está tentando fazer, com maior ou menor êxito, em todo o mundo. Nosso objetivo é utilizar a Previdência como mecanismo de capitalização, de poupança, mantendo porém o caráter público do sistema e, na medida do possível, tentando enriquecer o sistema com mecanismo de redistribuição. Aí eu me reporto a um terceiro elemento nessa tentativa de mudar o foco do financiamento de fora para dentro, que muito se fala no Brasil.

CC: *Exportar?*

RMU: Temos de exportar, mas o crescimento das nossas exportações é inteiramente acessório ao esforço de recuperar o ímpeto produtivo. O que precisamos mesmo é produzir e, para produzir, criar os instrumentos de uma aliança entre o Estado e a iniciativa privada. Se conseguirmos aproveitar a renovação de padrão produtivo que já está ocorrendo na economia brasileira e generalizá-la, o problema das exportações se resolverá por si mesmo. Nós só temos um problema de dívida externa porque há falta de confiança, e confiança real só voltará com crescimento. De igual modo, a solução para os problemas da dívida interna não está em qualquer ato autoritário do governo federal.

CC: *O chamado "alongamento"?*

RMU: A dívida pública interna. Se nós conseguirmos mudar o foco do financiamento do crescimento brasileiro de fora para dentro teremos condições de começar a melhorar primeiro o custo, segundo o perfil, e terceiro os prazos da



DIOA SAMPAIO/AF

JEREISSATI. Na opinião do amigo Mangabeira, ele é personagem decisivo

dívida pública interna. Mas é ponto de chegada, não é ponto de partida.

CC: *Essas propostas terminaram por levar ao uso, por parte dos seus adversários, de outra expressão: calote.*

RMU: Houve uma transposição, uma inversão da nossa proposta.

CC: *Há quem veja por aí o tal calote...*

RMU: Uma bobagem. No Brasil há três problemas econômicos centrais. Primeiro, o juro real é superior à taxa média de retorno nos negócios, a economia brasileira é a eutanásia dos produtores e o endeusamento dos cientistas. Não há solução mágica ou instantânea. A única solução é criar as condições práticas por esse fortalecimento da poupança interna para mudar o perfil e os prazos da dívida. Essa é a primeira grande vertente do novo projeto, do projeto que a candidatura de Ciro Gomes encarna. A segunda grande vertente é a democratização da economia de mercado, dar instrumentos,

**NUMA PRIMEIRA
ETAPA TRIBUTAR O
CONSUMO. NUMA
SEGUNDA ETAPA
INDIVIDUALIZAR O
IMPOSTO, MAS ESSA
É UMA MEDIDA
POSTERIOR**

acesso, oportunidades, recursos à multidão que busca oportunidades para trabalhar. E há três fatos básicos sobre a economia brasileira a compreender. Um, é que no Brasil é melhor viver de renda do que produzir, porque o juro é maior do que a taxa média de retorno no negócio. Segundo, mais da metade da população adulta está na informalidade, sem direitos nem obrigações. E o terceiro é que nós temos uma das culturas empreendedoras mais vigorosas do mundo, que está emergindo de baixo para cima completamente sem oportunidades.

CC: *Sem caminhos, sem espaço, sem apoio.*

RMU: Não é o pessoal que tem acesso ao guichê do BNDES, não tem qualquer acesso a crédito e a tecnologia. Nós temos de resolver esses três problemas ao mesmo tempo e temos de resolvê-los no meio de uma crise de confiança financeira. A maneira de fazer isso é ficar calmo, é não perder os nervos, é não embarcar numa solução fácil ou aventureira – que os desonestos tentam nos atribuir –, agüentar o tranco do sacrifício. Há outros dois grandes pontos. O primeiro é aproveitar a experiência que já temos em organizações como o Sebrae ou a Embrapa para transformar o Estado brasileiro não num comandante, mas num ajudante do novo desenvolvimento brasileiro. Abrir as portas do acesso ao crédito, à tecnologia, aos mercados, à escala para esse empreendedorismo emergente. Como nós temos uma estrutura econômica desproporcionalmente baseada em empreendimentos de pequena escala, temos ao mesmo tempo de favorecer a construção de grandes empresas brasileiras, inclusive grandes multinacionais brasileiras.

CC: *Como se daria esse salto?*

RMU: Essa formação das multinacionais deve ocorrer num ambiente em que elas estejam cercadas por uma multidão de pequenas e médias empresas, redes de pequenas e médias empresas e dentro de uma estrutura que favoreça o aprofundamento do mercado de capitais, a profissionalização da gestão, a mobilização da poupança de longo prazo para o investimento de longo prazo. Em algum sentido, se formos comparar isso com outros

episódios na história contemporânea, é um projeto rooseveltiano, um projeto como o de Roosevelt no *New Deal*. A segunda grande dimensão desse esforço de democratizar a economia de mercado é a ampliação do acesso às oportunidades educativas. A maior tarefa do Brasil na educação não é aumento de quantidade, é melhora de qualidade.

CC: *Até porque, para ser justo, quanto à quantidade houve um aumento perceptível nesse governo.*

RMU: De fato tem ocorrido, mas precisamos construir um ensino público de qualidade, capaz de atrair a classe média. Escola pública e hospital público só para pobres não prestarão para ninguém. Só quando a classe média estiver dentro da escola pública como beneficiária do serviço é que se transformará também em fiadora da qualidade. E nesse contexto de melhora da qualidade, promover uma reorientação do paradigma pedagógico, criar no País um ensino capacitador e analítico que rompa de vez com a cultura da decoreba, passando pelo treinamento e retreinamento dos professores. Devemos juntar a isso o esforço de identificar em todas as etapas do ensino público as crianças mais aplicadas ou talentosas, sobretudo pobres e negras, e apoiá-las com bolsa de custeio integral. Esse apoio é que dará o exemplo. Isso não será apenas um efeito de longo prazo, criará de imediato uma escalada de ambições, promoverá uma reviravolta sutil, mas profunda na sociedade brasileira. A terceira vertente desse projeto é criar as bases para uma forma ativa de inserção do Brasil no mundo. Não devemos escolher entre dar as costas para o mundo e render-nos à forma atual da globalização. Temos de nos integrar ao mundo de uma maneira que subordine essa integração aos imperativos da nossa estratégia nacional.

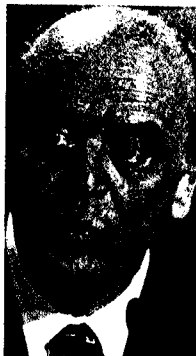
CC: *Sim, mas o que, do ponto de vista prático, objetivo, significa isso?*

RMU: Como exemplo prático cito a negociação da Alca. Quinze dias depois da posse o novo presidente terá de apresentar sua proposta nas negociações da Alca. Nós não podemos permitir que essas negociações com a Alca ou com a União Européia descambem pa-



JOSESON ALVES/AF

FERNANDO.
O presidente entregou a política econômica para os norte-americanos



CLEBER BONATO

JOSÉ SERRA.
Se deixou cercar por um arsenal de truques. O País reage com nojo

ra um comercialismo estreito em que nós ficamos apenas regateando, em uma posição fraca, concessões desiguais na luta contra esses lobbies poderosos dos Estados Unidos e da Europa. Precisamos ampliar o cenário da negociação e do conflito, precisamos buscar alianças com os interesses industriais dos Estados Unidos e da Europa, com as forças sociais e políticas nos Estados Unidos e na Europa.

CC: *Se não for 15 dias depois, será quando?*

RMU: Há que se levar o tempo que for necessário. Para caminhar em direção a uma integração que consulte os nossos interesses. Não há dois países no mundo mais semelhantes em muitos aspectos do que o Brasil e os Estados Unidos. Mas o Brasil não deve ter com os Estados Unidos o tipo de relação que tem o México, não pode ser um protetorado dos Estados Unidos, pode ser um irmão, um parceiro. Só construiremos essa re-

lação à base de uma demonstração de força, e força na capacidade de botar o Brasil para trabalhar. Para alcançar esse objetivo na relação com os Estados Unidos e com a Europa, o Brasil precisa, simultaneamente, construir a sua relação com os outros grandes países continentais periféricos, a China, a Índia, a Rússia e a Indonésia.

CC: *O senhor, que há tantos anos vive nos Estados Unidos, que semelhanças percebe?*

RMU: Os Estados Unidos é, dos países ricos, o mais desigual. O Brasil é, dos grandes países em desenvolvimento, o mais desigual. Somos, como os Estados Unidos, uma sociedade formada pela imigração européia e pela escravidão africana, de extrema desigualdade, de extremo informalismo e de crença na idéia de que tudo é possível e tudo é possível sobretudo por causa da genialidade do homem comum e da mulher comum.

CC: *Que relações os senhores pretendem ter com o PT, no caso de serem eles ou vocês os vencedores?*

RMU: Falo por mim, não pelo candidato Ciro Gomes ou pela Frente Trabalhista. Do meu ponto de vista pessoal, a despeito do provável embate com o Partido dos Trabalhadores num eventual segundo turno, precisamos do PT num futuro governo. Precisamos do PT porque no PT estão reunidos muitos dos melhores quadros da política brasileira, precisamos do PT para contrabalançar alianças que vêm da área mais conservadora e para ancorar esse projeto transformador na base popular e organizada do País.

CC: *O senhor acredita que o PT, no caso de não ser o vencedor, aceitaria essa aliança? Isso não parece ser pouco provável?*

RMU: Aí não vai uma crítica ao PT, mas uma simples constatação da perplexidade que a esquerda enfrenta em todo o mundo. Há uma oscilação no PT, como em toda a esquerda, entre a nostalgia de um projeto de transformação estrutural que ficou vazio de conteúdo e a tentação de uma rendição à estrutura dominante, acompanhada do esforço de apenas humanizá-la. Os progressistas hoje no mundo costumeiramente se limitam à

**PRECISAMOS DO
PT PORQUE NO PT
ESTÃO REUNIDOS
MUITOS DOS
MELHORES QUADROS,
E PRECISAMOS PARA
CONTRABALANÇAR
AS ALIANÇAS**

humanização do inevitável. A nossa tarefa não é humanizar o inevitável, a nossa tarefa é denunciar esse falso fatalismo e mostrar que há uma seqüência de mudanças graduais, porém cumulativas, que podem dar bens e voz ao dinamismo reprimido do País. O PT é um aliado indispensável nesse projeto. E novamente falando por mim e não pelo candidato ou pela Frente, eu certamente, se ganhasse o PT, propugnaria um apoio nosso ao governo deles, com a crítica construtiva e seletiva que a circunstância exigir.

CC: Qual é, no seu entender, o problema da candidatura Serra? O problema não estaria lá atrás quando, ao ele ser vinculado ao caso Lunus, no caso Roseana, rachou-se o establishment?

RMU: Pode ser, mas antes vejo um grande paradoxo nessa candidatura. O candidato oficial me parece ter um desejo sincero de encarnar os interesses da produção, excessivamente estreito, sem dúvida, porque é limitado por um horizonte de certos lobbies industriais, mas de qualquer forma sincero. Mas esse desejo sincero de encarnar os interesses do produtivismo contradiz o vínculo a um sistema que subordinou os interesses produtivos aos interesses puramente financeiros.

CC: Ao que se convencionou chamar de projeto neoliberal, Consenso de Washington...

RMU: E se rendeu a uma idéia de proscrição, de abdicação de projeto nacional. Aí aconteceu uma coisa mais grave nessa candidatura. O espaço aberto por essa contradição foi preenchido pelo legado moralmente obscuro e venenoso do governo de Fernando Henrique Cardoso. O candidato oficial se deixou cercar por um arsenal de truques, de denunciamentos, contra o qual o País está reagindo com nojo.

CC: O senhor está se referindo àqueles episódios lá atrás?

RMU: A todos. Vou dar o meu caso. Eu sou uma pessoa que, por causa da minha vida profissional, tem um mínimo de atividades profissionais; dou pareceres, consultorias com que financio o meu engajamento no Brasil. Pois saiba que estão investigando todos os meus clientes.

CC: Os seus clientes? O senhor está assessorando o que e quem especificamente?

RMU: Não, não vou nomear os meus clientes. Mas estão investigando todas as minhas atividades profissionais, até aquelas que são cercadas pelo segredo profissional.

CC: Como advogado?

RMU: Quando, por exemplo, eu, como consultor, propus a transformação de um produto que não é sério, que são esses títulos de capitalização populares, em instrumentos sérios de poupança e de seguro de vida. Eles estão tentando encontrar uma forma de dizer o oposto, quer dizer, que eu defendia os títulos de capitalização. Esse tem

**SAIBA: ESTÃO
INVESTIGANDO MEUS
CLIENTES, MINHAS
ATIVIDADES, MEUS
PARECERES, ATÉ
OS CERCADOS POR
SIGILO PROFISSIONAL
DE ADVOGADO**

sido um grande erro deles, um grande erro. Foi e é o resultado de uma perda de fé, e o castigo será inexorável, castigo que o País administrará.

CC: Qual é o legado do governo?

RMU: Teve méritos na difusão, por exemplo, do ensino médio, no desenvolvimento de um sistema de agências reguladoras. Mas é um governo que permitiu que a idéia do mercado e a idéia da integração do Brasil no mercado fossem manipuladas a serviço de um conjunto de interesses estreitos e contrários ao País. O caso mais eloqüente é o das privatizações. Qual foi o grande negócio do governo Fernando Henrique? As privatizações. O dinheiro das privatizações sumiu e atraiu, dentro do País e fora do País, bandidos. Houve uma espécie de seleção negativa, em que quanto mais es-

crupulosa a empresa mais dificuldade encontrava para participar desse processo. O que se criou foi uma elite de aventureiros que, com seus parceiros internacionais, cresceu à sombra da festança das privatizações. Creio que essa onda do denunciamento em volta do candidato oficial é, em primeiro lugar, a consequência da degeneração moral e política produzida por essa experiência. E, em segundo lugar, é uma tentativa de ocultar negócios suspeitos que ainda não vieram à tona.

CC: Mas quando o senhor fala em denunciamento e em banditismo deve se lembrar que ao mesmo tempo está posto – pelo menos como imagem – que no arco de alianças à candidatura Ciro está uma parte de quem, ao longo dos tempos e dos anos, tem sido acusado, inocente ou não, de procedimentos no gênero.

RMU: Seja explícito.

CC: Vejamos alguma das adesões. Quando se fala, por exemplo, da tropa collorista, gente que foi governo num tempo em que o Brasil foi pilhado – não desta maneira mais sofisticada de hoje, via mercado financeiro, via privatizações – mas de uma maneira muito mais tosca, na boca do guichê, do caixa. Há, dentre aqueles, quem esteja agora ao lado de vocês. Ou não há?

RMU: É uma referência ao PTB? O PTB aderiu a Ciro quando ele estava lá embaixo nas pesquisas. E eu me lembro que todos diziam que o PTB seria comprado. Foi? Não, não foi. As pessoas demonstram o que são pela conduta. Mas os negócios suspeitos praticados ao redor das privatizações não são ainda do conhecimento do País. Eles são como que um veneno obscuro que continua circulando e esse veneno é ocultado por esse escudo protetor do pequeno denunciamento que cerca o candidato oficial. Ataca-se quem esteve antes, se é que esteve, para esconder o que se passa, passou, no governo do presente.

CC: O senhor de vez em quando parece estar entre perplexo e estarecido com porções da mídia. Como é que o senhor vê este jogo?

RMU: Os grandes conglomerados de mídia no Brasil estão em crise econômica. O fundo dessa crise é algo que

tem a ver com o início da nossa conversa; entraram na história de que o Estado era o problema.

CC: *Acreditaram naquilo que escreviam.*

RMU: Acreditaram fatalmente nessa propaganda. Não lhes ocorre o óbvio: a única maneira que têm os conglomerados de mídia, sobretudo de televisão e de internet, de sobreviver na concorrência com os estrangeiros é ter um aliado no Estado nacional, encontrar uma forma de construir essa aliança livre de favoritismos, livre de influência política, subordinada a regras e critérios. Não fizeram isso e agora estão de joelhos. Aí vem um segundo fator: confusão intelectual. Uma das coisas que aprendi em política é que sempre superestimei a importância dos interesses contrariados e subestimei o peso da confusão intelectual. Diz o narrador num romance de Proust: "Somos amigos daqueles cujas idéias estão no mesmo nível de confusão que as nossas". Descobri que esse é um dos grandes princípios de organização da política. Então eles não sabem o que é bom para eles.

CC: *Estão confusos...*

RMU: Estão agora agarrados à candidatura moribunda do sistema, em pânico e em confusão. Os jornalistas me parecem frequentemente divididos entre um pessimismo de protesto e a necessidade de servir aos patrões. É um quadro de imenso constrangimento em que é necessário respeitar o jornalista, mas sem negar a realidade do que está acontecendo.

CC: *A propósito. O senhor tem sido visto ao longo dos últimos quatro anos, desde que se integrou mais recentemente à cena política brasileira, ora como um ET, ora como um maluco, ora como um personagem ridículo, quando não como um ET maluco e ridículo. A que o senhor atribui essa percepção?*

RMU: Em primeiro lugar, as elites brasileiras ficam muito desconfortáveis com idéias, sobretudo idéias que não estejam já aprovadas e padronizadas, que não venham no navio de um dos lugares que se acostumaram a imitar. A tendência é dizer que quem sai daquele caminho é corrupto, maluco, ET ou romântico, ou o que seja. Agora, não é pos-

sível levar muito a sério as idéias deles, porque é basicamente ainda no Brasil, infelizmente, uma elite de herdeiros com todas as contradições internas e as humilhações internas típicas do nepotismo. Essa combinação de nepotismo e colonialismo, de falta de confiança em si e falta de experiência de autoconstrução é terrível, é arrasadora, e produz aquilo que é destruidor numa pessoa, que é a falta de generosidade. Eu, por exemplo, dos 2 aos 12 anos estava nos Estados Unidos com minha família...

CC: *Daí o seu sotaque?*

RMU: Daí o meu famoso sotaque, que, também por essa mesma falta de generosidade, essa mesma gente não me deixa esquecer nem um minuto e so-



OTÁVIO MANGABEIRA. Com o avô senador os primeiros passos na política

bre o qual eu já comentei uma vez: apenas falo com sotaque, pelo menos não penso com sotaque.

CC: *No começo dessa entrevista o senhor falou em Tasso Jereissati num eventual governo Ciro. Mas ele não é do PSDB, que tem um candidato, José Serra?*

RMU: Já lhe disse: nós não podemos fechar as portas e eu pessoalmente tenho admiração pelo próprio José Serra, apesar do grave desvio de denunciamento em que ele, talvez influenciado pelos seus marqueteiros e seus correligionários eventuais, se deixou cair. Ele tem em volta dele gente que saiu desse meio semicriminoso das privatizações. E ele é melhor do que isso, não devia se reduzir a esse ambiente mafioso.

CC: *Marqueteiros, disse acima. O que lhe parece a importância deles no processo político?*

RMU: Eu não responsabilizo o marqueteiro pelas rendições de um candidato. Vivemos numa democracia de massa, menos de 10% da população adulta tem qualquer contato com a imprensa escrita, as mensagens programáticas precisam muitas vezes ser traduzidas numa linguagem metafórica capaz de chegar ao povo. Nada contra. A falha, o malogro político e moral ocorre quando esse imperativo de comunicação degenera num esforço de engodo, de mascarar. Isso não é culpa da comunicação política, é culpa do candidato que tolera essa perversão.

CC: *A propósito, o senhor não acha que o próprio candidato Ciro tem um problema de comunicação, no sentido mais amplo? Tem-se adesão de Ricardo Teixeira, da tropa do Collor, de não sei quem mais, e não há o que se contraponha a isso. Além dos fatos, do problema concreto dos aderentes, não há aí também um problema de comunicação?*

RMU: Não acredito numa espécie de filtragem de purismo moral para os apoios políticos. Nós só podemos transformar o País reconciliando os brasileiros. O importante é que o candidato e o núcleo das forças políticas que o sustentem imponham a hegemonia do processo, que fique claro para todos que quem manda é o presidente eleito e o cerne das suas forças políticas. Aí nós temos uma grande tarefa de construir uma base política. Serei muito franco: ninguém ganha a Presidência ou governa a partir da Presidência o Brasil sem ter ao seu lado uma parte substancial das elites políticas e empresariais do País, inclusive as elites conservadoras. O que importa saber é o que está pesando do outro lado da balança. A dificuldade está em organizar uma corrente de opinião e um conjunto de forças políticas que sirva de contrapeso. Se a vertente progressista de um governo depender só das intenções do presidente, das frustrações do eleitorado e das convicções de meia dúzia de homens isolados, a luta acabou antes de começar. ■